

Concepções de formação para o trabalho nos séculos XX e XXI presentes na política federal de educação profissional

Resumo – Este ensaio tem como objetivo uma reflexão acerca da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e as construções político-ideológicas presentes em diferentes momentos de sua constituição histórica. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental com apoio de autores como Cunha (2000), Manfredi (2002), Frigotto (2007) e outros. Nosso interesse central recai em abordar alguns condicionamentos político-ideológicos presentes na elaboração da política federal de Educação Profissional ao longo de sua trajetória, a qual tem início em 1909, até o momento presente, no qual esta se encontra sob as recentes mudanças dadas pela Lei federal n. 11.892/2008, a qual criou a Rede Federal de EPCT e os Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Política educacional; Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Abstract – This essay aims at debating the federal network of vocational, scientific and technological education (EPCT) in Brazil and its political and ideological beliefs in history. The essay is based on references and on documents being supported by the works of Cunha (2000), Manfredi (2002), Frigotto (2007) and others. Our main interest is approaching some of the political and ideological frameworks used in the vocational education federal policy from its beginning in 1909 until now. The essay considers the recent changes set by the federal law 11.892/2008, that have established the federal network of vocational, scientific and technological education and the federal institutes.

Keywords: Vocational education, Education policy, Federal network of vocational, scientific and technological education

1 Introdução

Adorno (1995) já argumentava que a importância da educação em relação à realidade muda historicamente. As mudanças decorrem de fatores circunstanciais, afetados pelas visões ideológicas adotadas em cada época. Torna-se relevante estudar cada período para entender a atual concepção da rede federal de EPCT e os possíveis caminhos para a construção de uma educação para a formação de um aluno autônomo intelectualmente. Neste sentido, Gaudêncio Frigotto alerta que existe um equívoco em analisar a educação sem entender que ela é um “projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais” (FRIGOTTO, 2007, p. 1.131).

Dessa forma, o objetivo do presente ensaio é analisar como os debates político-ideológicos condicionaram a construção da rede federal de EPCT. O

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

recorte é feito a partir da criação da rede federal de Educação Profissional em 1909, com uma análise que chega até o projeto atual instituído pela Lei n. 11.892/2008. Nosso objetivo não é o de realizar uma abordagem completa e minuciosa sobre tais condicionantes político-ideológicos, mas tão somente de apontar ao leitor alguns contrastes mais relevantes entre estes dois pontos temporais, ou seja, o momento de sua constituição no início do século XX e o momento presente. Conclui-se com uma discussão acerca dos possíveis rumos para a rede federal de EPCT mediante as políticas recentes para a educação básica e profissional de ensino médio.

2 Metodologia

O presente ensaio, de enfoque qualitativo, constitui-se em um estudo preliminar para uma pesquisa de mestrado, o qual está pautado por uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a política federal de Educação Profissional, com emprego de algumas referências selecionadas sobre a Educação Profissional e tecnológica e sua legislação, de forma a permitir uma perspectiva histórica dessa modalidade de educação e de sua relação com a formação para o trabalho, com foco na construção da rede federal de EPCT pós implementação da Lei federal n. 11.892/2008. Para tanto, foram selecionados alguns textos de autores já consagrados na abordagem histórica da Educação Profissional, como Luiz Antonio Cunha, Gaudêncio Frigotto e Silvia Maria Manfredi, entre outros, para compor a fundamentação teórico-epistemológica do ensaio.

3 Histórico da Rede Federal de Educação Profissional

As primeiras iniciativas de se implantar a Educação Profissional como um sistema mais articulado surgem no Brasil na República Velha (1899-1930), conduzidas pelo governo federal, governos estaduais e outros protagonistas como a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical e membros da elite cafeeira (MANFREDI, 2002). O início deste período coincide com o surgimento paulatino de indústrias e a chegada de imigrantes, inicialmente para o trabalho nas lavouras e posteriormente com o deslocamento de alguns grupos para os centros urbanos para trabalhar nas indústrias em expansão.

De acordo com Cunha (2000a), parte dos positivistas a primeira manifestação com respeito à formação da força de trabalho, particularmente no que se referia à aprendizagem de ofícios manufatureiros. Em 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao ministro Benjamin Constant um memorial em nome de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Com base nos princípios positivistas de Augusto Comte, o documento estabelecia um plano para “incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República” que deveria ser adotado por todos os empregadores. Foram apontados dois problemas de ordem geral que afetariam a sociedade como um todo. Primeiro, responder às demandas de uma sociedade industrializada que exigiria do proletariado instrução para o manejo da

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

maquinaria. Segundo, cumprir o dever com o Estado, que exigiria de cada cidadão um grau maior de moralidade e de instrução para a prática e o conhecimento do mesmo dever. Esta forma de controle de proletariado se operacionalizaria por meio do pagamento de um salário com parte fixa, para sustento do operário e da família; e a parte variável, de acordo com a produtividade individual, de modo que se mantivesse a “justa emulação entre os trabalhadores e agilidade dos operários” (CUNHA, 2002a, pp. 92-93). As medidas não foram aceitas pelo governo, embora seus reflexos apareçam nos decretos (Decreto nº 1.313 de 1891 e Decreto nº 722 de 1892) que regulamentaram as condições de aprendizagem e trabalho para menores de idade.

O início do século XX no Brasil foi marcado pela presença inexpressiva da indústria e por conflitos sociais, muitos deles decorrentes das relações de trabalho entre operários e as classes dominantes¹. Cunha (2002a) e Manfredi (2002) afirmam que nesse período, um grupo da elite conhecido como industrialistas, viam a industrialização como sinônimo de progresso, emancipação e estabilização econômica, independência política, democracia e civilização. Para o grupo, a Educação Profissional tinha dois propósitos: contribuir para a expansão da indústria e apaziguar os conflitos sociais. Tavares (2012) aponta como uma outra preocupação dos grupos dirigentes o problema social da abolição da escravidão, que resultou no crescimento de uma população de “desvalidos” – pobres, deficientes e agora ex-escravos – que não tinham meios de garantir a sua subsistência.

Estas visões se traduziram em termos de política educacional em 1906, quando o presidente do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, criou cinco escolas profissionais. É possível observar as intenções no Decreto n. 7.566, de 1909, que cria as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, hoje conhecidas como a Rede Federal de EPCT:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909).

Neste primeiro momento, observa-se que a política acima surge como medida assistencialista para controle da população. Não existiam demandas expressivas de qualificação para as indústrias, o que muda a partir da Segunda República.

Na Segunda República, acelera-se no país o processo de industrialização, urbanização e modernização tecnológica, e com isso surgem novas demandas de formação profissional. O trabalho e a formação são fortemente influenciados pelas ideias tayloristas. A doutrina da separação entre trabalho manual e intelectual é bem aceita pelas empresas brasileiras, que acreditavam na organização racional para controle da produção e redução de custos. De acordo com Cunha (2000b),

¹ O início do século XX foi marcado por mobilizações populares como a Revolta da Vacina em 1904, a fundação da Confederação Operária Brasileira em 1906 e a primeira greve geral de trabalhadores em 1907. Para mais informações, vide MEC (2010) e Vargas (2001).

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

nasce desse pensamento a criação do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho, patrocinado pela Associação Comercial e a Federação Nacional das Indústrias de São Paulo – entidade que foi importante na Educação Profissional paulista e, por conseguinte, no plano nacional. Outra teoria que surge na época e tem impactos nesta modalidade educacional é a psicotécnica, já aplicada na seleção de profissionais e que influenciou a orientação dos aprendizes na escolha dos ofícios. A partir daí, não eram só os desvalidos que seriam qualificados, e sim trabalhadores para atender as necessidades de uma industrialização em expansão.

A Constituição de 1937 foi a primeira lei a tratar especialmente do ensino técnico, profissional e industrial, como dever do Estado, mas ainda assim direcionada às classes menos favorecidas (BRASIL, 2009). Neste mesmo ano, foi assinada a Lei n. 378/1937, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Os Liceus passaram a trabalhar em maior sintonia com a expansão da indústria, para atender a necessidade de mão de obra qualificada, escassa naquele período.

Em 1941, o conjunto de leis da Reforma Capanema reestruturou o ensino profissional no país, que passa a ser incorporado ao sistema regular de ensino. Os cursos foram divididos em dois níveis: cursos básicos, para receber o aluno que já tinha cursado o primário e ensinar um ofício; e cursos técnicos industriais, que passaram a ser considerados de nível secundário e ajustados às necessidades da indústria, que demandavam maior especialização, conforme apontam Baracho, Neto e Ramos (2017):

[...] As Escolas Industriais, tinham como objetivo receber o aluno que já havia cursado o primário, além de ensinar, de forma global, um ofício ou grupo de ofícios afins. Nesse sentido, a escola tinha como função social qualificar o indivíduo para um ofício. Ocorre que, do ponto de vista das necessidades da organização capitalista, o processo de trabalho não mais necessitava desse profissional com os conhecimentos teórico e prático da atividade em diversos ramos da produção. A organização do trabalho tinha sua dinâmica impulsionada pela base técnica da indústria moderna, enquanto a divisão técnica do trabalho instalada parcelarizava as funções dentro de um ramo da produção. Uma parte desse conhecimento, portanto, já não era necessário para o trabalhador, enquanto exigência da indústria. [...] As Escolas Técnicas, ou seja, aquelas que ministravam o ensino técnico (2º ciclo), se apresentavam em consonância com a organização do trabalho, visto que fundamentavam o seu ensino nas bases da especialização, manifestadas nos cursos ofertados (BARACHO; NETO; RAMOS, 2017, p. 9)

Outro fator importante a ser destacado desta reforma é o modo de ingresso nas escolas industriais, que passa a depender de aprovação em exames de admissão. A partir desse momento, os alunos formados nos cursos técnicos podiam ingressar no ensino superior em área equivalente à sua formação (BRASIL, 2009). Dessa forma, reforçava-se a dualidade entre ensino propedêutico e profissional, continuando o primeiro destinado às elites. O MEC (2007) afirma que apesar desta diferenciação, é neste contexto dos exames que surge pela primeira vez uma possibilidade de aproximação entre os dois tipos de

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

ensino. Posteriores debates da sociedade sobre os modelos de desenvolvimento e conflitos de poder se refletem na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, a qual estabelece a plena equivalência entre ramos de ensino, possibilitando não só o acesso ao vestibular via os diversos ramos de ensino, mas também assegurando a continuidade dos estudos (BREMER; KUENZER, 2012).

No governo de Juscelino Kubitschek, há um investimento maciço na área de infraestrutura com grandes aportes de capital na área de educação, com o intuito de formar profissionais orientados para atender às metas de desenvolvimento do país. No final da década de 1950, consolida-se a organização do trabalho pautada pelo taylorismo-fordismo, enquanto a maioria dos trabalhadores viu-se emergindo num processo crescente de desqualificação (BARACHO; NETO, RAMOS, 2017). Esse momento coincide com a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais, que ganham autonomia didática e de gestão; e com os investimentos oriundos de acordos internacionais. Com isso, intensifica-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Durante o período da Ditadura Militar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 5.692, de 1971, transforma em compulsória a formação técnico-profissional do currículo do segundo grau, de forma a atender as demandas do projeto desenvolvimentista desse período. De acordo com o MEC (2009), um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Para Fiod (1983) e Tavares (2012), a formação compulsória surge como resposta às reivindicações estudantis para acesso ao ensino superior, no sentido de desviar boa parte dos jovens que buscavam a universidade e que constituíam um risco que poderia agravar o movimento de contestação do regime político. Em termos práticos, a obrigatoriedade se restringiu apenas ao âmbito público, ao passo que as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, a oferecer conteúdos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes, com vista ao atendimento das elites (MEC, 2007). Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos. Em 1978, três escolas técnicas são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) pela Lei n. 6.545 – Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesta proposta aparece o ensino de forma verticalizada, ou seja, a oferta de cursos profissionais em diferentes graus e níveis de ensino. A transformação das outras Escolas Técnicas Federais em CEFETs foi gradativa por meio de decretos específicos e critérios estabelecidos pelo MEC a partir da lei n. 8.948, de 1994, que estabeleceu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 2009).

A década de 1980 é marcada pela retração do crescimento e descontrole da economia. O objetivo de formar técnicos em grande escala não consegue se manter nesse cenário. A promulgação da Lei n. 7.044/82, que alterou dispositivos da Lei n. 5.692/71, revogando a obrigatoriedade da profissionalização, de certa maneira refletiu esse quadro de retração (BRASIL, 2010). Após vinte anos de ditadura, o país inicia uma transição para a democratização da sociedade. A globalização traz novos desafios nas formas de produção, uso de tecnologias e relações comerciais. No Brasil, o fenômeno chega com força no início dos anos 1990, conforme afirma Frigotto: (2007):

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

Com o governo Collor, inicia-se a cega adesão à doutrina neoliberal. Os debates político e econômico são substituídos pelo discurso técnico-gerencial e pelo ideário do ajuste, descentralização, flexibilização e privatização. Este ideário foi tornado consequência prática nos oito anos do governo Fernando H. Cardoso, de forma competente, segundo os ditames do que foi conhecido como o Consenso de Washington ou a cartilha do ajuste dos países dependentes para se adequarem aos objetivos dos centros hegemônicos do sistema capitalista mundial. (FRIGOTTO, 2007, p. 1.137)

A esfera educacional sente o peso das medidas neoliberais impostas pela Reforma da Gestão Pública de 1995. Sob o ideal do gerencialismo, os efeitos se traduziram em redução de investimentos e na oferta de cursos, bem como uma nova forma de gestão, no qual os administradores deveriam se tornar gerentes, com a adoção de critérios praticados no mercado, como o autofinanciamento e a competitividade. Frigotto (2007) aponta como um dos efeitos perversos da reforma o aprofundamento da mercantilização da educação no seu plano institucional e no seu plano pedagógico. No tocante à Educação Profissional, cria-se um capítulo dedicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Lei n. 9.394/96, porém no ano seguinte, reforça-se a dualidade entre ensino propedêutico e profissional com a publicação do Decreto n. 2.208/97, com a separação do ensino propedêutico e técnico, colocando este último para ser cursado de forma concomitante ou subsequente, inviabilizando o ensino integrado existente na rede federal e em algumas redes estaduais de Educação Profissional e tecnológica. Na rede federal, publica-se o Decreto n. 2.406/97, que regulamenta a Lei n. 8.948, de 1994, reforçando a submissão dos CEFETs ao setor produtivo.

Com um novo governo nos primeiros anos do século XXI, ocorrem mudanças na agenda da política educacional que resultam na atual formatação da Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica (EPCT), conforme será abordado na próxima seção.

4 O contexto atual da Rede Federal de EPCT

No início do século XXI, um novo governo toma posse em 2003 (Luís Inácio Lula da Silva) e apresenta uma série de medidas voltadas às classes mais pobres. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), já se discutia durante o período de transição a separação obrigatória entre Ensino Médio e Educação Profissional imposta pelo Decreto n. 2.208/97. Setores vinculados ao campo da EPT retomam a discussão acerca de uma educação com a integração de duas dimensões: garantia da integralidade da educação básica, que contemplasse o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos; e objetivos adicionais de formação profissional. Essa perspectiva, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla as bases em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação profissional *stricto sensu* exigida pela realidade socioeconômica do país (MEC, 2010).

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

Das discussões dos grupos envolvidos são construídas as bases que dão origem ao Decreto n. 5.154/2004 e a Lei n. 11.741/2008, incorporando à LDB a possibilidade de integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Em 2005, tem início o programa de expansão da rede federal de EPT, com continuidade reforçada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação lançado em 2007. No mesmo ano é publicado o Decreto n. 6.095, cujo intuito era trazer uma nova proposta de Educação Profissional e Tecnológica, “enquanto modalidade potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade” (CONCEFET, 2008, p. 147). Esta proposta se converte na Lei n. 11.892, de 2008, que estabelece a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (ou simplesmente Institutos Federais - IFs). A proposta da lei é oferecer uma formação crítica e reflexiva aos estudantes, a qual que visa prepará-los para atuar no mundo do trabalho, utilizando ações de pesquisa, ensino e extensão como princípios educativos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país. Esta nova institucionalidade, como aparece nos documentos oficiais, nos parece gerar um modelo distinto das políticas anteriormente pensadas para a EPT da rede federal, conforme aponta Eliezer Pacheco em um documento do Ministério da Educação:

É nesta perspectiva que a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente: a de subordinação quase absoluta ao poder econômico. Significa também estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública – com as singularidades que lhe são próprias – passando a atuar como uma rede social de educação profissional, científica e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos, da diversidade sociocultural, reúnem princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura. (PACHECO, 2008, p. 14)

E o autor acrescenta:

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (PACHECO, 2008, p. 11)

A proposta apresentada é aderente aos princípios defendidos por Marx, Engels e Gramsci do trabalho como princípio educativo, incorporada a elementos

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

como ciência, tecnologia e cultura, que possibilitam a emancipação da classe trabalhadora em contraposição aos interesses hegemônicos da sociedade capitalista. Desta forma, pode-se dizer que a concepção dos IFs dada pela Lei n. 11.892/2008 se difere dos outros momentos de concepção da EPT federal, embora algumas ações da rede sugiram o distanciamento do posicionamento ideológico inicial adotado nos documentos oficiais, conforme o entendimento de Tavares (2012) em relação ao PRONATEC ou mesmo a percepção de Marçal e Oliveira (2012) dos IFs como um campo de disputas com questões estratégicas ainda em aberto, com a possibilidade de criar novas disputas ou revigorar antigas.

Feita esta sucinta abordagem histórica, podemos apresentar algumas conclusões sobre as concepções da rede até o atual modelo dos IFs.

5 Considerações finais

Ao analisar a história da rede federal de Educação Profissional, observa-se que a dualidade entre esta e a formação propedêutica esteve sempre presente, com o ensino propedêutico direcionado às elites e a Educação Profissional aos trabalhadores. Destaca-se que a arena política da EPT, assim como outros campos de projetos societários, é objeto de disputas entre forças político-ideológicas colidentes, no qual a hegemonia do capital tenta impor e manter a sua agenda. Em uma análise conjuntural, a disputa ainda pende para o capital, que

não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos) para formar o 'cidadão produtivo' submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado (FRIGOTTO, 2007, p. 1.132).

Isso pode ser evidenciado pelas medidas orientadas por ideais economicistas² adotados recentemente pelo governo federal, que afetam de forma contundente a educação, e em particular a rede federal, constituindo um desafio para a manutenção do modelo atual em vigor, iniciado pelo governo Lula da Silva.

O modelo vigente para a rede federal de EPCT propõe uma escola pública, universal, gratuita, laica, politécnica e unitária, tal como defendia Antonio Gramsci. Seus idealizadores criaram um modelo com princípios e objetivos coerentes à formação de um aluno emancipado e autônomo intelectualmente, e entendem esta nova configuração de escola como uma superação ao modelo hegemônico. Um modelo relativamente novo, que precisa de mais tempo para avaliação e discussão dos resultados, de forma a corrigir os possíveis desvios do modelo inicialmente proposto, conforme sua lei de criação. Para que isto ocorra, é necessário que outro lado da disputa, a classe trabalhadora, esteja envolvida com

² Como, por exemplo, a Lei n. 13.415/2017, da nova reforma do ensino médio, com reflexos na Educação Profissional, o Projeto de Emenda Constitucional - PEC n. 093/2016, o qual desvincula as receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e PEC n. 95/2016, que congela os investimentos na educação por vinte anos.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

as discussões e mobilizações em defesa de um projeto de educação e de sociedade emancipadora.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARACHO, M. G.; NETO, A. C.; RAMOS, M. C. P. A educação profissional na rede federal de educação tecnológica sob o enfoque do trabalho na organização taylorista/fordista. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal-RN. v.1, n.12, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate**. Texto para discussão. Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizés Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

BREMER, M. A. S.; KUENZER, A. Z. Ensino médio integrado: uma história de contradições. In: **Seminário de pesquisa em educação da região sul**, 9, 2012, Curitiba.

CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO (CONCEFET) – Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, RN, v.1, n.1, 2008.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: FLACSO, 2005.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

FIOD, E. G. M. Ensino de 2º grau, hoje: a reafirmação do óbvio? **Revista Perspectiva**. Florianópolis, SC, v1. n.1, 1983

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Revista Educação Social**, Campinas, SP, v. 28, n. 100, out. 2007.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARÇAL, F.A.; OLIVEIRA, G.B. Inquietações sobre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia que desafiam a educação profissional. In: PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (org.). **Ensino Técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. São Paulo: Penso (2012).

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2008.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: **Seminário de pesquisa em educação da região sul**, 9, 2012, Curitiba.

VARGAS, M. **História da Ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula**. São Paulo: Humanitas, 2001.